



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Rennó, Lúcio; Cabello, Andrea

As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, núm. 74, outubro, 2010, pp. 39-60

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10717455003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

AS BASES DO LULISMO

A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?*

Lúcio Rennó

Andrea Cabello

Introdução

Em outubro de 2006, Lula foi reeleito com margem considerável de votos. Tal feito seria impensável um par de anos antes. No meio de seu primeiro mandato, a administração petista viu-se às voltas com o envolvimento de sua alta cúpula em escândalos sucessivos de corrupção. Deu-se por certa, principalmente pela oposição, a derrota do governo nas eleições de 2006. Chegou-se, inclusive, a cogitar a hipótese de um pedido de *impeachment*, mas não se foi adiante com a ameaça apostando em que a sina eleitoral de Lula estava traçada pelos es-

* Agradecemos a dois pareceristas anônimos da *RBCS* por seus muito valiosos comentários. Também agradecemos a Amy Erica Smith por comentários em uma versão preliminar deste trabalho. Inconsistências restantes são de nossa inteira responsabilidade.

*Artigo recebido em março/2009
Aprovado em junho/2010*

cândalos de corrupção. Como, então, um desacreditado Lula conseguiu a reeleição em 2006, com confortável margem de votos no segundo turno das eleições?

A resposta passa por uma constatação inicial básica: desde a sua primeira candidatura à presidência, em 1989, Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) sedimentaram seu papel na política brasileira – mas não necessariamente na mesma intensidade. Inicialmente, o PT conseguiu consolidar-se como uma alternativa viável no Poder Legislativo no nível federal e nos níveis Executivos municipais. O partido cresceu de forma inconteste. Enquanto isso, Lula sofria derrotas eleitorais consecutivas, primeiro para Fernando Collor, em 1989, e depois para Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994 e 1998.

Em 2002, Lula renasce das cinzas eleitorais como candidato não só dos petistas, mas de uma parcela maior da população brasileira. O PT também se

RBCS Vol. 25 n° 74 outubro/2010

torna o maior partido na Câmara dos Deputados. Dessa forma, podemos afirmar que até 2002, o eleitorado de Lula não era assim tão distinto daquele do PT (Hunter e Power, 2007; Zucco, 2008).

Em 2006, no entanto, a diferença entre os eleitorados de PT e Lula tornou-se mais profunda, principalmente em sua dimensão geográfica (*Idem, ibidem*). Portanto, parece haver, principalmente a partir de 2002, um descolamento maior entre o voto em Lula e o voto no PT. O objetivo deste trabalho é traçar o perfil predominante, se houver algum, da parcela da população que votou em Lula em 2006, mas que não simpatiza ou tem preferência pelo PT. Em outras palavras, pretendemos explorar o que diferencia os lulistas dos petistas. Assim sendo, nossa pergunta é: o lulismo, entendido como aprovação e lealdade ao líder Luis Inácio Lula da Silva, que transcende a identificação partidária com o PT, é motivada por quais fatores? Quais são as bases do lulismo? Este artigo, portanto, contribui para o crescente debate sobre esse tema no Brasil (Samuels, 2004a; Singer, 2009).

Embasados em pesquisa de opinião pública realizada ao final das eleições de 2006, acrescentamos dois elementos ao estudo do tema ainda ignorados pela literatura especializada (*Idem, ibidem*). Primeiro, decomparamos o voto em Lula, além de diferenciá-lo do voto nos demais candidatos. Os estudos anteriores sobre lulismo, tanto de Samuels (2004a) como de Singer (2009), não atentam para as possíveis diferenças internas no interior do dito lulismo. Samuels diferencia petistas dos demais eleitores; Singer analisa apenas cruzamentos de ideologia e renda com intenção de voto. Aqui, matizamos as potenciais diferenças entre lulistas novos, que passaram a votar em Lula em 2006, e lulistas antigos, que votaram em Lula em 2002 e 2006. Ambos os grupos são formados por eleitores que declararam voto em Lula, mas não se identificam com o PT. Iremos, portanto, desagregar o eleitorado brasileiro em diversas categorias – lulistas antigos, lulistas novos, petistas e demais eleitores. Desta forma poderemos identificar o impacto de diferentes variáveis políticas, econômicas e sociais na diferenciação entre esses grupos.¹

Nossas hipóteses serão derivadas não só dos dois estudos supracitados (Samuels, 2004a; Singer,

2009), como também de uma extensa literatura sobre os determinantes de curto e longo prazo do voto. Nossas conclusões distanciam-se das alcançadas por Samuels e Singer. Os resultados indicam que os lulistas não representam um novo realinhamento político-ideológico, com base em classe e ideologia, como argumenta Singer, nem uma nova forma de personalização da política, como defende Samuels. O lulista, na verdade, é um eleitor pouco informado politicamente e desatento a campanhas eleitorais, que não apresenta afinidades partidárias de qualquer tipo ou intensas rejeições a partidos, e tampouco, identificações personalistas fortes. Contradizendo os estudos anteriores, detectamos que os eleitores que declaram identificação com o PT, os aqui chamados petistas, simpatizam mais fortemente com a pessoa de Lula do que os eleitores lulistas.

Em suma, o lulista assemelha-se ao eleitor não alinhado, ou independente, no sentido atribuído ao conceito pelos estudos de comportamento eleitoral nos Estados Unidos.² O eleitor não alinhado é aquele que não demonstra preferências políticas fortes e que vota, até certo ponto, influenciado por suas redes pessoais ou sua avaliação retrospectiva do desempenho do governo. Ele, por sua vez, não se concentra em uma classe social específica, distribuindo-se por diferentes camadas sociais, dispersando-se entre elas. Assim, no caso brasileiro, trata-se de um eleitor que não é fiel à Lula *a despeito do desempenho do governo ou por motivações ideológicas*: não é um eleitor que segue o líder incondicionalmente ou que o escolhe porque esse líder apresenta postura ideológica similar à do eleitor. Portanto, mais do que um atributo pessoal e ideológico de Lula, o desempenho de seu governo é crucial para entendermos uma parte do voto em Lula. Uma outra parte, menos influenciada pelo desempenho do governo, é determinada possivelmente por fatores mais circunstanciais e menos estruturais.

Nesse sentido, parcela dos eleitores lulistas, provavelmente, são os mesmos que votaram em Fernando Henrique Cardoso duas vezes no passado, mas não em seu sucessor em 2002, e que seguirá votando em políticos que fazem boas administrações e campanhas eleitorais eficientes.³ Portanto, o lulismo não representa um realinhamento partidário estável e tampouco a volta da personalização à

política brasileira. Se há algo que pode explicar em parte o lulismo é o voto retrospectivo, que avalia o governante no poder.

Para desenvolver esse argumento, este texto parte de uma discussão sobre as eleições de 2006, relacionado-a com o debate sobre lulismo e petismo, desenvolvido mais detalhadamente na terceira seção. Em seguida, discorre brevemente sobre a literatura acerca dos determinantes de curto e longo prazo do voto que podem ser utilizados para se pensar o lulismo. Expomos a seguir as hipóteses e a discussão dos resultados da análise. Nos comentários finais não só refletimos sobre o impacto do lulismo em 2006, mas também especulamos sobre seus desdobramentos eleitorais no futuro e lançamos propostas para novas pesquisas sobre o tema.

As eleições presidenciais de 2006

As eleições de 2006 tiveram diversas características importantes: foram precedidas por uma campanha pautada por acusações de corrupção à alta cúpula do governo petista. Portanto, trouxe de volta à agenda nacional a discussão sobre corrupção. Também foi a primeira oportunidade que o eleitor teve para exercer algum tipo de voto retrospectivo que comparasse os mandatos presidenciais do PT e PSDB. Além disso, a eleição registrou uma mudança geográfica da base de apoio de Lula, o que dá margem para especulações sobre um possível realinhamento político de longo prazo no país.

De acordo com dados do Eseb de 2006, a corrupção foi o traço marcante dessa eleição, principalmente em comparação com 2002.⁴ Os anos anteriores à eleição de 2006 presenciaram diversos escândalos que atingiram a alta cúpula do governo Lula. A oposição, obviamente, deu destaque a essa questão em sua propaganda eleitoral. Rennó (2006, 2007) e Carvalho (2006) especulam que apenas houve segundo turno por conta dos escândalos de corrupção. Do contrário, Lula teria ganhado no primeiro turno e com boa margem de votos. Rennó e Hoepers (2010) apresentam evidências de que uma parcela relevante do eleitorado votou de forma estratégica nas eleições de 2006. Esse eleitorado puniu Lula pelo envolvimento de sua administração

em escândalos de corrupção, embora Lula fosse um de seus candidatos preferidos.

Não obstante esse cenário, Lula conseguiu ser reeleito com margem satisfatória de votos no segundo turno. Essa margem, por sinal, foi obtida graças ao grande apoio de eleitores em regiões que Lula anteriormente não tinha tanta força eleitoral, ampliando o descolamento do voto em Lula e no PT. O fato mais marcante, no entanto, foram os resultados obtidos na região Norte e Nordeste, onde o ganho percentual sobre as eleições de 2002 foi expressivo (Zucco, 2008; Hunter e Power, 2007).

Diversos trabalhos, como os de Nicolau e Peixoto (2007), Hunter e Power (2007), Zucco (2008), Abensur *et al.* (2007), Ferreira *et al.* (2007) e Lício *et al.* (2009), por exemplo, correlacionam tal ganho com o programa Bolsa Família, que ganhou uma magnitude nunca antes vista durante o primeiro mandato de Lula – aproximadamente 8 bilhões de reais por ano.⁵ A maior parte desses recursos direcionou-se às regiões em que, depois se constatou, Lula teve maior ganho eleitoral. Singer (2009) acrescenta a isso os vários ganhos econômicos que beneficiaram eleitores dessas regiões, como redução no custo da cesta básica, crédito consignado e maior acesso a financiamentos públicos. Já as regiões que foram sub-representadas na alocação de recursos do Bolsa Família e que não foram tão beneficiadas pelas outras políticas mencionadas acima, votaram menos em Lula.

Para Baquero (2007), a campanha de Lula, principalmente entre os dois turnos das eleições, reforça a percepção de que as políticas sociais, mais especificamente o programa Bolsa Família, teve impacto central na vitória do governo nas eleições. Segundo o autor, isso foi uma tentativa deliberada de focar a eleição em Lula e não no partido, o PT, resgatando uma velha tradição personalista existente no país. Assim, o lulismo seria uma retomada de padrões tradicionais da política brasileira, que enfocam mais as características pessoais dos líderes do que as instituições. As afirmações de Baquero tem grande ressonância com a tese de Samuels (2004a) de que o petismo é, em grande parte, expressão do lulismo.

Essa interpretação estimula-nos a traçar um esboço mais detalhado do eleitor de Lula para tentar

determinar o que de fato levou à configuração eleitoral que marcou o pleito de 2006. A coincidência geográfica por si só não permite chegar a conclusões sobre os determinantes individuais do voto. Uma constatação é óbvia: a base geográfica do voto em Lula mudou e sua votação se descolou da do PT nas últimas eleições. Isso dá indícios de que a identificação partidária com o PT, sempre uma variável suspeita de influenciar o voto em Lula, não é explicação nem necessária e muito menos suficiente para entendermos a escolha eleitoral por Lula. A questão é de matemática simples: há mais lulistas do que petistas. Assim, fatores de curto prazo, como as características pessoais de Lula e seu estilo de governar podem ter afetado seu sucesso eleitoral, *independentemente* do PT (Samuels, 2004a).

O foco deste trabalho são esses últimos eleitores, ou seja, os lulistas “não petistas”. A literatura sobre comportamento eleitoral no Brasil tem destinado atenção ao tema, discutindo tanto as raízes da identificação com o PT como as bases do lulismo. Assim, o que se busca identificar são os traços característicos do lulismo. Trata-se de uma volta do personalismo ou de um realinhamento eleitoral, de cunho ideológico? Ou ainda, não será o lulismo uma simples reação de aprovação do eleitor pelos ganhos obtidos durante sua administração? Por último, o voto dado a Lula em 2006 não poderia ser simples expressão de apoio ao líder das pesquisas ou influência de redes sociais locais em um eleitor pouco interessado por política e não alinhado ideologicamente? Passemos à esse debate.

O petismo e o lulismo

“As bases do petismo”, de David Samuels (2004a), coloca algumas interessantes questões: sendo o PT o partido com o maior número de simpatizantes no Brasil, o que explica tamanho apoio? O apoio ao PT se dá com bases distintas do apoio a outros partidos? Mais ainda, qual a relação entre simpatia com PT e com Lula? Sendo o PT o partido considerado mais institucionalizado, as raízes do petismo são personalistas e influenciadas por Lula?

Assim, o autor busca identificar as raízes do petismo medindo o apoio ao PT com base na identi-

ficação partidária e testando várias hipóteses sobre o que diferencia os petistas dos demais eleitores. Samuels refuta a maioria das hipóteses, indicando que os petistas se assemelham à maior parte da população em vários aspectos. Não obstante, algumas variáveis apresentam resultados estatisticamente significativos, sendo a mais importante a opinião sobre Lula, seguida pelo auto-posicionamento de esquerda. A primeira corrobora os estudos de Von Mettenheim (1995, *apud* Samuels, 2004a), Carreirão (2002a) e Almeida (2004, *apud* Samuels, 2004a), para quem o personalismo é a variável mais importante na definição do voto no Brasil, e a segunda, os estudos de Singer (1999), que enfatiza posições ideológicas do eleitor petista. Mesmo o PT sendo menos influenciado pela identificação com Lula do que outros partidos são por seus líderes, ainda sim o petismo é, em boa margem, fruto da simpatia por Lula.

Além disso, Samuels se pergunta também quais os fatores que influenciam a simpatia por Lula, entrando em um debate próximo à ideia das bases do lulismo. Em sua análise, que avalia a opinião sobre diversos temas e sua correlação com apoio a Lula, a simpatia por Lula está correlacionada a uma tolerância a protestos políticos. Outros fatores, como a crítica ao clientelismo e a tolerância à corrupção, não estão associados à simpatia por Lula, apesar de isso ocorrer em relação a líderes de outros partidos. Mas, Samuels não vai muito além dessas afirmações em seu trabalho, que se volta mais para explicitar as bases personalistas da identificação com o PT do que explicar o que leva eleitores a apoiarem Lula.

O que, então, leva eleitores a simpatizarem com Lula? Se aceitarmos que identificação com partidos políticos no Brasil é, em parte, condicionada pela simpatia personalista por líderes, então explicar as bases do lulismo parece ser mais relevante do que explicar as bases do petismo. Isso se torna ainda mais central tendo em mente o descolamento do voto em Lula do voto no PT no pleito de 2006.

É justamente a essa tarefa que se dedica André Singer em artigo recente, polêmico e bastante influente. Para ele, o lulismo é resultado de um “realinhamento político de estratos decisivos do eleitorado” e “expressa um fenômeno de representação de

uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização” (2009, pp. 83-84). Essa fração de classe é caracterizada por uma expectativa de Estado forte, que reduz a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida. De acordo com Singer, há um realinhamento político significativo, pois esse grupo de eleitores passa a ser a base de apoio de Lula em 2006, com implicações de longo prazo para a disputa política no Brasil.

Ainda segundo Singer, Lula finalmente conquistou o eleitor que ganhava até cinco salários mínimos e principalmente aqueles que ganhavam até dois salários mínimos nas eleições de 2006. Isso representou uma mudança dramática em sua base eleitoral, antes dominada por setores da classe média, composta por intelectuais, estudantes, funcionalismo público e profissionais liberais. Foi só durante seu primeiro mandato que Lula conseguiu construir uma base de apoio sólida entre os setores mais pobres da população, enquanto perdeu entre a classe média e alta. Mas o que teria gerado, então, esse realinhamento?

Singer passa então a divulgar os ganhos ocorridos no primeiro mandato de Lula e a contabilizar as perdas causadas pelos escândalos de corrupção. Ambos os fatores levaram ao realinhamento eleitoral. Lula perde setores da classe média por conta do “cerco político-midiático” que sofreu entre maio e novembro de 2005 referente aos escândalos de corrupção (*Idem*, p. 84). Mas ganha setores mais pobres da população. Primeiro, Lula mantém as políticas de estabilização econômica iniciadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, Singer ressalta uma série de outras decisões importantes que o governo Lula tomou e que levaram a ganhos na qualidade de vida da população, principalmente dos setores mais pobres.

A lista é grande e passa pelos programas sociais (principalmente, mas não exclusivamente o Bolsa Família), aumentos no poder de compra com quedas nos preços da cesta básica no Norte e Nordeste, aumento do salário mínimo, crédito consignado e expansão do financiamento popular. Segundo o autor, citando o trabalho de Marcelo Neri intitulado “O Real de Lula”, há, a partir de 2004, diminuição significativa da pobreza. Assim, parte das bases do

lulismo são materiais e devem-se aos ganhos econômicos que setores excluídos tiveram em seu primeiro mandato.

Singer, no entanto, vai além e argumenta que há bases ideológicas para o lulismo. A ideia é de que o lulismo representa uma nova orientação ideológica, marcada pela preferência por redução da desigualdade, mas com manutenção da estabilidade. Lula cria uma ponte ideológica com os eleitores mais pobres ao manter a estabilidade econômica em seu governo. Para ele, portanto, há diferença entre o eleitorado do PT e o eleitorado de Lula, sendo que Lula consegue agora agregar setores conservadores e de direita das camadas mais pobres da população. Ou seja, não é que os mais pobres deixem de ser conservadores e de direita, é que Lula agora se molda a esse eleitorado em seu discurso e prática. Assim, Lula reúne eleitores de direita e de esquerda em sua base eleitoral.

É claro que tanto Samuels como Singer dão passos importantes para entendermos o fenômeno do lulismo. Samuels, na verdade, dá suporte às afirmações de Baquero ao afirmar que o petismo é embasado, em boa parte, na simpatia por Lula, ou seja, no personalismo. Mais importante ainda, já em 2002 Samuels aponta para o fenômeno do lulismo, indicando que este não é fruto de um realinhamento político que ocorre apenas durante o primeiro mandato de Lula, como argumenta Singer. Mais adiante, ao diferenciarmos os diferentes tipos de eleitores no Brasil, comprovaremos que uma boa parcela dos eleitores que votam em Lula não simpatizam com o PT, e esse fato não constitui fenômeno novo na política brasileira. A maioria, 75% destes, já havia votado em Lula em 2002! Esse é um primeiro indício que questiona a ideia de realinhamento ocorrido em 2006 proposta por Singer. Há traços de que o lulismo já existe desde muito. Em 2006 Lula incorporou um novo setor do eleitorado, que não votava nele antes e que não é petista, mas sim avesso a partidos políticos e líderes específicos. Lula conquistou o eleitor não alinhado em 2006. Se isso se mostrar estável no tempo, então estamos falando de um alinhamento eleitoral que se inicia agora, e não de um realinhamento, o que pressupõem que esse eleitorado tinha preferências definidas anteriormente.⁶

Além disso, a despeito de suas inegáveis contribuições, nenhum desses estudos testou corretamente as hipóteses sobre o que pode diferenciar o lulismo do petismo. Samuels é, sem dúvida, o que mais se aproxima desse objetivo, testando hipóteses usando técnicas de estimação econométrica multivariada, mas falhando ao não diferenciar lulismo de petismo em sua variável dependente. Ao avaliar a identificação com o PT com base em simpatia por Lula usando apenas uma pesquisa pós-eleitoral, Samuels incorre em erro grave de especificação do modelo quando desconsidera o problema da endogeneidade.⁷ Não sabemos qual variável é causa e efeito: para ele o lulismo causa o petismo, mas pode muito bem ser o contrário. Ou seja, não sabemos a direção da causalidade no argumento de Samuels. Em nosso trabalho, analisamos o lulismo separando-o do petismo.

Singer, por sua vez, testa suas hipóteses de forma mais descritiva, apresentando a relação entre número de salários mínimos e preferência ideológica com voto. Com bases nesses dados, ele constrói o argumento de que Lula conquistou a periferia, como Collor havia feito em 1989 (Singer, 1990). No entanto, é importante ressaltar que, para Singer, de forma distinta a que ocorreu com Collor em 1989, a conquista da periferia por Lula é diferente e não é, aparentemente, um sinal de populismo, como aconteceu no caso de Collor.

Na realidade, esse ponto gera ainda mais confusão sobre o que é realinhamento eleitoral. Realinhamento implica em mudanças de preferências ideológicas e partidárias do eleitorado com durabilidade no tempo (Valentino e Sears, 2005; Putz, 2002; Abramowitz e Saunders, 1998). Mas o argumento de Singer enfoca não uma mudança do eleitorado, mas sim da posição de Lula. E não sabemos ainda se essa mudança, de elites e não de massas, é de longo prazo.

Segundo Singer, as constantes declarações de Lula a favor da manutenção da estabilidade satisfizeram não só os banqueiros e investidores, nacionais e estrangeiros, como também o eleitor pobre e conservador, que teme a ruptura da ordem, embora deseje a redução da desigualdade e pobreza. Assim, a própria argumentação de Singer pode nos levar a pensar que Lula de 2006 passa a ser mais parecido

com Collor em 1989, em seu discurso, do que a achar que tenha havido, de fato, um realinhamento ideológico e partidário do eleitor. Essa afirmação se torna ainda mais pertinente tendo em vista o deslocamento do voto no Partido dos Trabalhadores do voto em Lula em 2006. Ou seja, o voto em Lula deixa de ter bases partidárias, o que caracteriza o populismo atribuído à Collor, quando este conquista a periferia em 1989, pelo próprio Singer (1996). Seguindo essa linha de raciocínio, o eleitor continua o mesmo, quem teria mudado é Lula. A pergunta correta então seria: há um realinhamento de elites ou de massas no Brasil no período de 2002 a 2006? Essas mudanças são permanentes ou refletem apenas um episódio circunstancial?

Para além dessas questões, que não poderão ser respondidas de forma definitiva aqui, nenhuma das hipóteses básicas sobre lulismo são adequadamente testadas por Singer, já que não são contrapostas a outras possíveis explicações. Singer, portanto, também comete erro de especificação do modelo ao não incluir em sua construção teórica possíveis alternativas explicativas para o fenômeno estudado. Ou seja, não há controle por causas espúrias (King *et al.*, 1994).

Argumentamos, dessa forma, que estudos anteriores não testaram adequadamente as hipóteses que diferenciam lulismo de outras tendências político-partidárias. Faremos isso decompondo o voto em Lula, diferenciando-o do petismo e do voto em outros políticos e buscando explicações para essas variações não só na literatura sobre o caso brasileiro, mas nos amplos estudos sobre comportamento eleitoral.

Os determinantes de curto e longo prazo

Desde a década de 1960, um grande debate sobre o que determina o voto – e em que grau – se desenvolveu na literatura norte-americana. A discussão geralmente revolve em torno do impacto de preferências sobre temas (*issues*), partidos e características de candidatos no voto, com bastante dissenso sobre o que é mais importante na mente do eleitor na hora de escolher seus candidatos. De qualquer forma, uma boa maneira de resumir o debate é centrá-lo em dois grandes grupos de fatores

que explicam as escolhas eleitorais: fatores de longo prazo, mais duradouros e gerais, e de curto prazo, específicos, circunstanciais a determinada eleição ou campanha eleitoral (Niemi e Weisberg, 2001).

Entre os fatores de longo prazo, destaca-se, primeiramente, a identificação partidária. Tal conceito foi introduzido na década de 1960 para tratar de sentimentos de eleitores sobre partidos políticos, que antecedem as eleições e marcam suas trajetórias de vida. Sua importância na literatura, principalmente norte-americana, declinou nas décadas de 1970 e 1980, mas houve uma revitalização na década de 2000 (*Idem*).

No Brasil, a identificação partidária é uma variável de difícil e controverso tratamento. Há um amplo debate sobre qual o impacto que a identificação partidária teria no voto. Tende a haver consenso de que o PT funciona como uma âncora do sistema político, centralizando simpatia e rejeição que influenciam escolhas eleitorais (Carreirão e Barbeta, 2004). Rejeição a partidos passa a ser, então, fator importante para entender o papel destes na organização das preferências eleitorais no Brasil.

Além da identificação partidária, a identificação ideológica é fundamental para se entender o voto. Singer define identificação ideológica como “a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor” (1999, p. 49). Para Singer, essa seria a principal variável na previsão do voto nas eleições de 1989 e 1994. Essa linha de raciocínio segue a discussão de Pappi (1996), que aponta para o papel central que predisposições ideológicas têm em sistemas multipartidários. No caso em que há muitos partidos políticos, gerando sobreposição de partidos considerados de esquerda e de direita, a orientação ideológica passa a ser um diferencial mais marcante entre os competidores na arena política do que a identificação partidária. Contudo, a mensuração de ideologia esbarra em um problema metodológico, que é muito significativo em pesquisas de opinião pública, pois muitos eleitores não conseguem se posicionar nesse escala ou entender seu significado.⁸

A associação do eleitor a determinados grupos, como classes sociais, religião, gênero etc., também

é tida como um importante fator na decisão de voto, mas não de forma intrínseca, e sim quando existe algum fator político que potencialize a relevância da associação. Em 2006, classe social teria tido tal papel (Holzhacker e Balbachovsky, 2007; Singer, 2009).

Um último fator importante de determinação do voto tem natureza ambígua quando pensamos em sua dimensão temporal, se relacionado com o longo ou o curto prazo: trata-se do voto econômico, ou seja, a noção que o estado da economia afeta a decisão de voto. Há grande debate quanto à forma pela qual a economia afeta o voto, sendo que a discussão principal recai sobre avaliações retrospectivas, baseadas no desempenho passado do governante, e prospectivas, relativas a promessas para o futuro (Fiorina, 1981). Lewis-Beck e Nadeau (2001) argumentam que, nos Estados Unidos, avaliações retrospectivas são especialmente importantes em eleições nas quais um dos candidatos busca a reeleição, ao contrário do que ocorre em relação a avaliações prospectivas. Adaptando essa discussão para a América Latina, Stokes (2001) discute a possibilidade do cálculo intertemporal, ou seja, uma análise de custos e benefícios intertemporais feita pelo eleitor, o que pode levá-lo a tolerar resultados econômicos ruins no curto prazo desde que haja expectativa de melhora no futuro.

De qualquer forma, a conclusão de Niemi e Weisberg (2001) sobre o assunto é que a importância da economia sobre o voto varia com fatores institucionais e temporais que possam afetar a atribuição de responsabilidades sobre políticas públicas. Portanto, apesar de ser importante em qualquer eleição, aproximando o voto econômico retrospectivo de uma explicação de longo prazo da explicação do voto, há, ainda, um componente conjuntural ao voto econômico, dependente do desempenho do governante do momento, o que o aproxima de um fator de curto prazo para a explicação do voto.

Além disso, a economia não seria o único componente de uma avaliação retrospectiva ou prospectiva. Rennó (2007), por exemplo, introduz a questão da corrupção como possível influência do componente retrospectivo do voto e analisa seus efeitos sobre as eleições presidenciais de 2006. Já

Almeida (2008) discute a influência de avaliações retrospectivas de caráter mais geral, sem destacar um aspecto específico da atuação do governo.⁹

Em relação a fatores de curto prazo, a estratégia da campanha eleitoral e das propagandas dos candidatos, os debates entre candidatos e a opinião sobre características pessoais de candidatos (considerados fatores de curto prazo, pois seriam específicos a cada campanha) seriam os mais importantes. Podemos acrescentar à esses fatores também a influência de redes sociais, que podem influenciar as escolhas eleitorais individuais de eleitores (Baker, Ames e Rennó 2006). Niemi e Weisberg (2001), ao revisar a literatura, concluem que o grande efeito das campanhas seria de informar e “ativar” as preferências do eleitor. Ou seja, o impacto de fatores de curto prazo é condicionado pelos de longo prazo.

Fatores de curto prazo tendem a ser mais relevantes em sistemas onde fatores de longo prazo são ineficientes para diferenciar candidatos. Uma possibilidade, portanto, é que em sistemas políticos novos, ainda não institucionalizados, onde partidos políticos não têm reputações estabelecidas e as divisões ideológicas são obscuras, fatores de curto prazo, como o impacto da campanha, das propagandas e das características dos candidatos, ganham maior relevância. Ou, ainda, em sistemas democráticos novos, é possível que tanto fatores de curto como de longo prazo influenciem as escolhas eleitorais, sendo que apenas a verificação empírica pode comprovar o grau de influência de cada um. Adotamos aqui essa última postura e passamos então a discutir hipóteses que expliquem a adesão à Lula em detrimento de outras escolhas eleitorais com base nas variáveis-chave discutidas anteriormente.

Hipóteses

Nosso objetivo é modelar o que leva um eleitor a apoiar Lula, independentemente do PT. Assim, enfocamos os eleitores que votaram em Lula, mas não simpatizam com o PT (lulistas), e os contrastamos com os petistas que votaram em Lula (petistas) e com os não-lulistas, não-petistas (Outros), aqueles que não simpatizam com o PT e que não votaram em Lula.

No Eseb 2006, com base no resultado do primeiro turno, os lulistas somam 40% do total; os petistas somam 18% da amostra e os demais eleitores chegam a 42%. Portanto, fica claro que a base de apoio de Lula transcende em muito a de eleitores que se identificam com o PT.

Além disso, podemos diferenciar entre lulistas novos e antigos, distinguindo entre aqueles que votaram em Lula pela primeira vez em 2006 dos que já haviam votado nele em 2002. Essa diferenciação é importante porque o argumento de Singer refere-se, principalmente, ao eleitor de Lula que passa a votar nele apenas em 2006. Assim, os dados do Eseb apontam que os lulistas que votaram em Lula pela primeira vez em 2006 somam 25% desse grupo, sendo que 75% declaram ter votado em Lula em 2002. Ou seja, o fenômeno do lulismo não é recente.

Quando pensamos em quatro possíveis grandes grupos eleitorais no Brasil, temos os lulistas antigos somando 27% do total dos eleitores, lulistas novos totalizando 13% e petistas que votam em Lula, 18%. Os restantes 42% votam em outros candidatos e não simpatizam com o PT. Serão esses os quatro grupos analisados aqui.

Esse achado descritivo põe parcialmente em xeque a ideia de realinhamento proposta por Singer. O lulismo, como também já havia apontado Samuels, não é fenômeno recente e remonta, no mínimo, ao ano de 2002. Mesmo assim, é importante verificar o que diferencia os distintos grupos dentro do lulismo. Só então poderemos afirmar com certeza quais os componentes sociais, econômicos e políticos que configuram a base de apoio de cada uma dessas opções político-eleitorais.

Para analisarmos a variação combinada nas preferências eleitorais e partidárias, e destrinchar a votação de Lula entre eleitores com perfil distinto, utilizaremos um modelo multivariado que inclui várias hipóteses sobre o lulismo.¹⁰

A primeira hipótese que testaremos é aquela proposta por Singer sobre renda, que para ele representa um amálgama dos diversos sucessos econômicos e das políticas sociais de Lula (2009). Para Singer, a chave do realinhamento eleitoral de 2006 é o ganho de apoio significativo nos eleitorados de baixíssima renda, menos de dois salários mínimos,

assim como o ganho, também considerável, entre eleitores de baixa renda – que recebem entre dois e cinco salários. Como Singer, usamos também a renda da família como uma *proxy* para o público beneficiado por programas sociais, aumento do salário mínimo e programas de expansão do crédito e financiamento popular. Trabalharemos essa variável, em virtude de sua importância no modelo, como uma série de variáveis *dummies*, em vez de uma variável contínua, já que se espera que seu impacto favorável ao lulismo seja bem mais acentuado nas categorias mais baixas de renda, portanto apresentando efeito não linear. Essa variável é o principal teste da hipótese de realinhamento proposta por Singer. Em se confirmando que há preferência maior por Lula entre os eleitores pobres, teremos possíveis indícios de que classe foi fator decisivo nas eleições.

Seguindo a tradição de Singer (1999, 2009), também se considerarão os efeitos do posicionamento esquerda-direita sobre o apoio a Lula. A literatura chegou a resultados divergentes em relação à importância desse fator na decisão de voto – Singer (2000) enfatiza tal variável, enquanto Carreirão (2002b) considera-a de menor importância, especialmente para os menos educados. Em 2006, no entanto, como mostra Carreirão (2007a), o primeiro mandato tornou as diferenças entre partidos brasileiros menos claras em termos ideológicos na percepção de parte considerável do eleitorado brasileiro. Isso significa que, diferentemente de outras eleições, o posicionamento de Lula no espectro esquerda-direita pelo eleitor deve ter sido dificultado, obscurecendo o impacto empírico dessa variável.

Singer propõe interpretação diversa para o impacto da ideologia em 2006, contradizendo Carreirão. Lula conquista, ideologicamente, um novo eleitorado, que não é de esquerda. Assim, o eleitor de Lula passa a ser tanto de esquerda como de direita. O resultado estatístico seria, portanto, uma mistura de preferências ideológicas nos eleitores de Lula que levaria a um efeito nulo da variável “ideologia” na nossa análise.

Testaremos essa hipótese incluindo uma variável que mede o auto-posicionamento de esquerda na explicação de voto. Nossa hipótese é de que essa variável será relevante na diferenciação entre eleitor

petista e lulista. Contudo, como argumentaremos adiante, nossas conclusões sobre essas questões serão preliminares, já que não temos os instrumentos adequados para testá-la em definitivo.

Outra variável interessante a ser considerada retrata a opinião dos eleitores acerca dos atributos pessoais de Lula.¹¹ Passamos assim a avaliar o impacto de uma variável central de curto prazo para entendermos se há personalização da política no apoio a Lula. Trabalhamos aqui com a mesma estratégia de mensuração usada por Samuels (2004a) para aferir o que ele considerava lulismo. Essa variável mede o apreço pela pessoa de Lula, e servirá como um indicador da influência do personalismo no voto em Lula. Como dissemos antes, se o eleitor de Lula for, de fato, um eleitor não alinhado, sem fortes preferências, deveremos verificar que o apreço por Lula é maior entre petistas do que entre os ditos lulistas.

Após testar as principais hipóteses dos estudos de Singer e Samuels, passamos a explorar explicações alternativas para as escolhas eleitorais em 2006. Começamos com avaliações retrospectivas do governo. Como se trata de um candidato buscando reeleição, e o histórico das eleições brasileiras mostra que esse é sempre um dos principais determinantes do voto do eleitor brasileiro, é possível que esta variável tenha grande influência nas escolhas eleitorais (Camargos, 2001; Carreirão 2002a; Rennó, 2007). Assim, a hipótese é de que eleitores lulistas serão muito mais sensíveis ao desempenho do governo durante o mandato, baseando sua escolha mais intensamente na avaliação retrospectiva do governo.

Além disso, deve-se considerar que o primeiro mandato de Lula foi conturbado, com diversas acusações de corrupção à alta cúpula do governo. Enquanto não se busca avaliar o efeito específico dessas acusações, espera-se testá-las com uma variável que mede a percepção da corrupção como problema nacional.¹² A expectativa teórica é a de que eleitores lulistas não se preocupam tanto com avaliações sobre corrupção. Lulistas não consideraram a corrupção um problema nacional, principalmente aqueles que aderiram a Lula apenas em 2006.

Caso as variáveis que medem a avaliação do desempenho do governo sejam significativas, po-

demos questionar até que ponto a escolha de lulistas representa um realinhamento permanente, ligado a Lula, ou apenas é reflexo das avaliações positivas sobre seu governo, o que não indica uma mudança nos padrões de escolha eleitoral predominantes no Brasil.

Será considerada também a opinião dos eleitores acerca dos principais partidos no páreo, PT e PSDB. O objetivo é medir a rejeição em relação a um e outro partido, uma vez que a variável dependente já inclui identificação com o PT como seu componente. Carreirão e Kinzo (2004), analisando dados de 1989 a 2002, concluíram que se um eleitor não gosta de determinado partido, ele não votará nesse partido de jeito nenhum em mais de 98% dos casos. Uma opinião negativa acerca do PSDB deve ser mais comum entre petistas, enquanto uma opinião negativa acerca do PT será mais comum entre eleitores que não votaram em Lula. Já o eleitor lulista não deverá apresentar rejeição forte a partidos políticos. Para esse eleitor, partidos não importam muito, sejam no apreço ou na rejeição. Caso essa hipótese se confirme, teremos mais uma evidência do caráter “não alinhado” do eleitor que vota em Lula, mas não simpatiza com o PT.

Por fim, controlaremos por duas variáveis que medem quantidade de informação política do eleitor e sua atenção à campanha política. Segundo nossa hipótese principal, o eleitor de Lula é não alinhado política e ideologicamente e pouco interessado por política. Assim, o lulista, sobretudo o que passa a votar em Lula em 2006, deverá ter pouca informação sobre política e acompanhar pouco a eleição.

Entre os controles, incluímos também a região do país, com a Região Sul sendo a categoria excluída. Esperamos que Lula tenha mais votos no Nordeste, conforme os achados de estudos anteriores, mas a região não deverá diferenciar entre lulistas e petistas ou alterar os resultados para classe social. Lula recebeu mais votos no Nordeste, tanto de ricos como pobres, tanto de petistas como de não petistas. Outras categorias como gênero e idade¹³ também serão analisadas, mas não se espera que elas tenham grande influência.¹⁴ Além disso, também se analisará o efeito da escolaridade, uma vez que em eleições passadas se concluiu que essa variável con-

ditiona o impacto de outras variáveis na decisão de voto (Carreirão, 2002a), como o efeito já mencionado sobre o posicionamento esquerda-direita.

Seguindo a literatura e considerando a natureza dos dados, será utilizado o método de regressão proibida multinominal. Esse modelo é adequado, pois a variável dependente é nominal e assume diversos valores que identificam os distintos grupos estudados: lulistas novos e antigos, petistas, e demais eleitores.¹⁵

Resultados

A variável dependente, conforme dito anteriormente, é composta por quatro categorias: eleitores que votaram em Lula no primeiro turno das eleições, mas que não simpatizam com o PT e que já haviam votado em Lula em 2002 (*lulista antigo*); eleitores que votaram em Lula no primeiro turno das eleições, que não simpatizam com o PT e que não haviam votado em Lula em 2002 (*lulista novo*); eleitores que votaram em Lula no primeiro turno e que simpatizam com o PT (*petista*); e eleitores que não votaram em Lula e não simpatizam com o PT (*outro*). Rodamos o modelo duas vezes, alternando a categoria de referência que é comparada com as demais para diferenciar *lulistas antigos* e *novos* de todas as demais categorias. Portanto, verificaremos como os *lulistas antigos* e *novos* se diferem dos *petistas* e dos outros eleitores e entre si.

Nas Tabelas 1 e 2, coeficientes negativos indicam a maior probabilidade de pertencer ao grupo de eleitores nas categorias de referência (*lulistas antigos* na Tabela 1 e *lulistas novos* na Tabela 2). Valores positivos aumentam a probabilidade de pertencer a alguma das outras três categorias representadas nas colunas. Ou seja, na Tabela 1 comparamos os *lulistas antigos* com cada uma das outras alternativas. Na Tabela 2 comparamos os *lulistas novos* com as outras três categorias.¹⁶

As duas tabelas são importantes apenas para confirmar de fato como os lulistas novos e antigos se diferem dos demais grupos e entre si. Os resultados de ambas as tabelas coadunam-se, o que reforça os achados finais do trabalho e forma uma ideia mais clara sobre os fatores que diferenciam e asse-

Tabela 1
Coefficientes de Regressão Probite Multinomial com Erros-padrão Robustos para Lulistas Antigos

Variáveis	Lulista Novo	Petista	Outros
Menos de 2 salários	0,30 (0,24)	0,11 (0,25)	0,29 (0,24)
Entre 2 e 5 salários	-0,01 (0,20)	-0,13 (0,21)	-0,10 (0,19)
Renda média, de 5 a 20 salários	0,17 (0,35)	0,07 (0,36)	0,17 (0,32)
Simpatia Lula	-0,01 (0,04)	0,24*** (0,05)	-0,15*** (0,03)
Avaliação – retrospectiva geral	-0,28* (0,17)	0,03 (0,18)	-0,46*** (0,16)
Corrupção é problema nacional	-0,35** (0,16)	-0,13 (0,17)	-0,14 (0,15)
Esquerda	0,07 (0,31)	0,96*** (0,28)	-0,22 (0,30)
Rejeição PSDB	-0,41** (0,17)	0,37** (0,17)	-0,78*** (0,17)
Rejeição PT	0,15 (0,23)	-1,31*** (0,41)	1,18*** (0,19)
Informação política	-0,18* (0,10)	0,03 (0,09)	-0,06 (0,08)
Acompanhou a campanha	-0,02 (0,08)	0,18** (0,08)	-0,05 (0,08)
Escolaridade	-0,01 (0,05)	0,01 (0,05)	0,03 (0,04)
Idade	-0,02*** (0,01)	-0,01 (0,01)	-0,01*** (0,01)
Gênero	-0,06 (0,16)	-0,15 (0,16)	0,23 (0,15)
Nordeste	0,08 (0,31)	-0,28 (0,29)	-0,78*** (0,26)
Norte/Centro Oeste	-0,20 (0,41)	0,02 (0,35)	-0,64** (0,31)
Sudeste	0,38 (0,30)	0,11 (0,27)	-0,39* (0,23)
Constante	1,78*** (0,68)	-2,47*** (0,78)	3,21*** (0,64)

Erros-Padrão Robustos entre parênteses. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. N: 923.

Tabela 2
Coefficientes de Regressão Probite Multinomial com Erros-padrão Robustos para lulistas Novos

Variáveis	Lulista Antigo	Petista	Outros
Menos de 2 salários	-0,30 (0,24)	-0,19 (0,28)	-0,01 (0,26)
Entre 2 e 5 salários	0,01 (0,20)	-0,13 (0,23)	-0,09 (0,21)
Renda média, de 5 a 20 salários	-0,17 (0,35)	-0,10 (0,38)	0,01 (0,32)
Simpatia Lula	0,01 (0,04)	0,25*** (0,05)	-0,14*** (0,03)
Avaliação – retrospectiva geral	0,28* (0,17)	0,31 (0,19)	-0,18 (0,16)
Corrupção é problema nacional	0,35** (0,16)	0,22 (0,18)	0,21 (0,16)
Esquerda	-0,07 (0,31)	0,88*** (0,33)	-0,29 (0,32)
Rejeição PSDB	0,41** (0,17)	0,78*** (0,19)	-0,37** (0,18)
Rejeição PT	-0,15 (0,23)	-1,46*** (0,43)	1,03*** (0,21)
Informação política	0,18* (0,10)	0,20* (0,11)	0,11 (0,10)
Acompanhou a campanha	0,02 (0,08)	0,20** (0,09)	-0,03 (0,08)
Escolaridade	0,01 (0,05)	0,02 (0,05)	0,05 (0,05)
Idade	0,02*** (0,01)	0,02*** (0,01)	0,01 (0,01)
Gênero	0,06 (0,16)	-0,10 (0,18)	0,28* (0,16)
Nordeste	-0,08 (0,31)	-0,36 (0,34)	-0,86*** (0,31)
Norte/Centro Oeste	0,20 (0,41)	0,22 (0,45)	-0,44 (0,39)
Sudeste	-0,38 (0,30)	-0,27 (0,32)	-0,77*** (0,28)
Constante	-1,78*** (0,68)	-4,25*** (0,83)	1,44** (0,65)

Erros-Padrão Robustos entre parênteses. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. N: 923.

melham lulistas aos demais eleitores. Sendo assim, analisaremos ambas conjuntamente.

Começamos pelo conjunto de variáveis que mede o impacto da renda no comportamento dos distintos grupos de eleitores. Essas variáveis são importantes porque testam, de forma mais apropriada, a hipótese central do realinhamento político de que nos fala André Singer. O argumento é de que os novos eleitores de Lula, os que passaram pelo dito realinhamento, se encontram nas camadas mais pobres da população, com menos de dois salários mínimos, principalmente, seguidos pelos eleitores com até cinco salários mínimos.

Os resultados refutam cabalmente essa linha de argumentação. As variáveis econômicas, que para Singer indicariam os grupos mais beneficiados pelo chamado “Real do Lula”, não têm qualquer impacto na diferenciação entre lulistas antigos e novos, petistas e os demais eleitores. Renda, portanto, como uma aproximação para o impacto que as variáveis econômicas e políticas sociais têm na qualidade de vida dos eleitores, segundo o argumento de Singer, não tem efeito em diferenciar lulistas, tanto antigos como novos, dos demais.¹⁷

Já uma variável que se mostra importante para diferenciar os grupos sugeridos é a avaliação retrospectiva geral do governo Lula. Fica claro que os lulistas antigos avaliam o governo Lula de forma mais positiva do que os lulistas novos e do que os eleitores de outros candidatos. Não há diferença estatisticamente significativa entre eleitores lulistas antigos e petistas. Os lulistas novos, por sua vez, estão menos satisfeitos com o governo do que lulistas antigos e do que petistas.¹⁸ Mais uma vez, a ideia de um realinhamento que trouxe novos eleitores a Lula, devido ao crescimento da avaliação positiva do governo em setores que antes não apoiavam Lula, parece não se sustentar ao escrutínio empírico. Os novos lulistas não são mais propensos a avaliar bem o governo em comparação com outros eleitores.

Visões sobre corrupção como um problema nacional, que foram consideradas determinantes do voto em alguns candidatos em 2006, indicam aqui diferenças marcantes apenas entre lulistas novos e antigos. Os primeiros são bem menos propensos a ver a corrupção como um problema nacional do que os segundos. Mas esse fator não diferencia os

lulistas de petistas e de outros eleitores. Em suma, a corrupção não é um problema tão sério para os lulistas novos, como é para os lulistas antigos.

Outra variável importante para as explicações sobre o lulismo é a identificação ideológica. De fato, a hipótese sugerida por Singer é muito difícil de ser testada, já que a disponibilidade de dados sobre preferências individuais acerca da ordem e da estabilidade, ao lado do combate à desigualdade, não estão disponíveis no Eseb, nem na maioria dos bancos de dados. Assim, usamos a variável de auto-posicionamento ideológico em uma escala que vai da esquerda à direita para testar esse argumento. O único impacto que encontramos incide sobre a diferença entre petistas e lulistas antigos e novos. Os petistas são bem mais propensos a se considerar de esquerda do que os lulistas, tanto antigos como novos. Isso confirma a afirmação anterior de Singer sobre os petistas, mas apenas parcialmente sobre o lulismo. Os achados indicam apenas que os lulistas não se diferenciam entre novos e antigos e dos outros eleitores com base em preferência ideológica pela esquerda.

Mas, essa hipótese precisa ser mais bem testada no futuro, com dados que possam aferir mais diretamente visões dos eleitores sobre desigualdade e ordem. A ausência de efeito dessa variável pode indicar que Lula agora tem eleitores de esquerda e direita, como afirma Singer, ou eleitores que, simplesmente, não tem preferências ideológicas fortes, típicas de eleitores não alinhados, como defendemos aqui. Precisamos de mais testes para destrinchar essas duas explicações possíveis.

Passamos agora à hipótese, derivada do trabalho de Samuels, de como a variável “simpatia por Lula” influencia o comportamento eleitoral. Essa variável mostra-se bastante importante para diferenciar lulistas antigos de petistas e de eleitores de outros candidatos. Lulistas novos e antigos não se diferenciam por sua simpatia à Lula. Já petistas parecem ter mais simpatia por Lula do que esses outros dois grupos. Ou seja, petistas avaliam Lula pessoalmente de forma ainda mais positiva do que os eleitores que votam em Lula, mas não se dizem petistas!

Vale destacar que ambos os fatores, simpatia por Lula e identificação com o PT, parecem estar fortemente imiscuídos. O grau de ligação desses eleitores,

os aqui chamados lulistas, tanto novos como antigos, parece ser mais tênue com Lula do que é o caso entre os petistas. Os ditos lulistas aparentam assumir uma simpatia mais efêmera por Lula. Portanto, tanto lulistas novos como antigos são menos propensos a avaliar Lula positivamente do que eleitores que se identificam com o PT.

Assim, a ligação direta entre simpatia por Lula e petismo parece ser mais estrutural, mais orgânica do que supõe Samuels. Isso, na verdade, não está em contradição com discussões sobre lideranças partidárias e organização partidária, que listam ambos os fatores como centrais para se entender o funcionamento interno de partidos políticos (Strom, 1994). Apoio a líderes partidários não está em contradição com partidos fortes nem é indício, necessariamente, de personalização da política. Ainda mais quando o apoio pessoal ao líder se dá com mais intensidade entre eleitores que se dizem simpatizantes de seu partido do que eleitores que votam no candidato, mas não simpatizam com o partido.

Confirmando ainda que apoio a Lula não significa menor atenção aos partidos por parte de um segmento importante do eleitorado, os petistas têm rejeições mais fortes ao partido da oposição do que os lulistas. E, entre estes, a rejeição ao PSDB é maior por parte da categoria “lulistas antigos”. Ou seja, novos eleitores de Lula não têm rejeição tão forte ao PSDB quanto antigos, mas ambos tem bem menos rejeição ao PSDB do que petistas. Em suma, os lulistas não apresentam distanciamento claro com a oposição.

Já a rejeição ao PT não é um fator de diferenciação entre lulistas novos e antigos, mas é entre esses dois grupos e eleitores petistas. Para lulistas, a rejeição ao PT é bem mais provável do que entre os petistas. Assim, o lulista, principalmente o novo, não tem apego ao PT, não rejeita tão fortemente o PSDB, não tem preferência ideológica e tampouco tem afeição à pessoa de Lula. Portanto, o eleitor lulista assemelha-se em muito ao eleitor não alinhado.

Essa sensação é corroborada quando observa-se que o lulista novo é menos informado politicamente que lulistas antigos e petistas e presta menos atenção à campanha eleitoral do que petistas. Lulistas antigos, apesar de mais bem informados sobre

a política, também são menos atentos à campanha eleitoral do que petistas. Dessa forma esse eleitor é menos interessado e alinhado com a política do que outros eleitores.

Por último, se compararmos a votação em Lula em todas as regiões do país, no Sul é onde recebe menos votos e, no Nordeste, mais. Isso confirma o peso dessa região no voto de Lula, já observado por estudos prévios. Contudo, no geral, a região não marca diferença entre os distintos apoiadores de Lula: novos, antigos e petistas. Ou seja, não há mais lulistas antigos do que novos ou do que petistas dentro de cada região. Eles se distribuem de forma similar em todas. Além disso, em um dos testes que fizemos, acrescentamos um termo interativo entre região nordeste e renda abaixo de dois salários mínimos para verificar se o eleitor pobre do Nordeste se comporta de forma diferente dos demais. Essa variável jamais atingiu significância estatística e sua inclusão não afetou os resultados apresentados nas Tabelas 1 e 2. Assim, a reconfiguração geográfica não apresenta necessariamente um realinhamento partidário, ideológico ou político ou a volta do personalismo ao cenário político, alavancado por uma determinada região.

Em suma, o lulista, principalmente aquele que passa a votar em Lula a partir de 2006, não parece ser um eleitor personalista e tampouco alinhado ideologicamente ou partidariamente a Lula. Trata-se de um eleitor não alinhado, com preferências fluidas e transitórias, influenciadas, em parte, pelo desempenho do governo.

Comentários finais

Concluimos, assim, que o fenômeno do lulismo, na realidade, é expressão do não alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado. O eleitor independente, não alinhado, é aquele que não tem preferência por partido político, possui alguma rejeição a partidos, mas não tão forte ou específica, não se apega demasiadamente à pessoa do líder, é pouco informado sobre política e não acompanha a campanha eleitoral. Avaliações do desempenho do governo parecem importantes principalmente para os eleitores lulistas considerados antigos, os que

também votaram em Lula em 2002. Esses parecem ser orientados pela boa governança e dispostos a premiar o governo que tiver bom desempenho. Não encontramos evidências convincentes de um amplo realinhamento político, que se presume estável e implica em mudanças no eleitorado, como argumenta Singer (2009), nem de um retorno ao personalismo, como argumentam Samuels (2004a) e Baquero (2007).

A ideia de eleitor não alinhado, sobretudo entre os novos lulistas, assemelha-se à interpretação de Zucco (2008) de que eleitores em municípios pobres sempre tendem a votar mais no candidato governista. Nossos achados também remetem a uma tradição de explicação similar à proposta por Reis e Machado (1992), que apontam para um voto desideologizado e despolitizado de uma parcela da população. Acreditamos que os lulistas novos se assemelham a esse padrão.

A pesquisa confirmou que o lulista parece claramente não alinhado a posições ideológicas, partidárias ou lideranças políticas, baseando seu voto, em parte, no desempenho do governo. Há outras possíveis explicações que não pudemos testar por falta de informação, mas que podem contribuir no futuro para um melhor entendimento da dinâmica do voto em Lula. Uma possível explicação para o determinante de voto desse grupo pode estar baseada em sua inserção em redes sociais. Para Lazarsfeld *et al.* (1968), eleitores independentes estariam mais propícios a serem influenciados pelas redes e pelos formadores de opinião no interior delas. Baker *et al.* (2006) já haviam confirmado o forte impacto que as redes sociais têm na determinação do voto no Brasil. No futuro, cabe testar essa hipótese com dados mais apropriados para o caso do lulismo.

Resta saber em quem o eleitor dito lulista votará nas eleições de 2010. O apoio de Lula a algum candidato será suficiente para orientar o voto desse grupo de eleitores? Nossos dados não permitem responder a essas questões de forma definitiva. O que podemos afirmar é que eleitores lulistas antigos são bastante influenciados pelo desempenho do governo. Votam em Lula porque consideram bom o desempenho de seu governo, a despeito da corrupção. Como já votaram em Lula ao menos em

duas eleições, é possível que se sintam inclinados a votar no candidato apoiado por Lula em 2010, ainda mais porque o segundo mandato de Lula é muito bem avaliado pela população. Assim, podemos supor que pode haver maior transferência de votos de Lula para seu candidato(a) em 2010 entre lulistas antigos do que entre os novos. Por sua vez, a transferência deverá ser automática entre petistas. A soma desses dois grupos – lulistas antigos e petistas – chega a 45% do eleitorado, segundo os dados do Eseb. Portanto, a transferência de votos dos lulistas novos será fundamental para assegurar a vitória eleitoral do candidato(a) de Lula. Se os eleitores lulistas novos votarem no candidato do governo, este (a) poderá ter até 58% dos votos no primeiro turno. Mesmo assim, ainda será cedo para avaliar se isso representa um alinhamento de longo prazo, já que os resultados apresentados antes fortemente indicam o caráter não alinhado desse eleitor. A pergunta contra-factual que fica é, se um futuro governo liderado pelo PT e à sombra de Lula for mal e sofrer quedas em sua popularidade, esse alinhamento se mantêm?

Mas, antes, resta observar como esse jogo de eleitorados se manifestará nas eleições de 2010, uma eleição histórica, quando Lula, pessoalmente, não competirá pela presidência pela primeira vez desde a redemocratização do país, mas lutará por seu legado e para, mais uma vez, fazer história elegendo sua sucessora, Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente da República no Brasil.¹⁹

Notas

- 1 Praticamente todos os petistas votam em Lula. Assim, não há petista que não seja lulista.
- 2 O lulista assemelha-se à visão clássica de eleitor independente nos Estados Unidos defendida em Campbell *et al.* (1960) e Lazarsfeld *et al.* (1968). Para uma discussão sobre o perfil do eleitor independente nos Estados Unidos, ver Dennis (1988). Keith *et al.* (1992), no também clássico estudo sobre eleitores independentes nos Estados Unidos, apresenta tipos diferentes de eleitores independentes. O uso que fazemos do termo aqui assemelha-se à que ele aponta como o eleitor independente puro, aquele que não apresenta qualquer inclinação por algum partido político.

- 3 A hipótese sobre o voto em FHC e Lula é algo que não podemos testar aqui. Trata-se de uma sugestão, portanto, para futuros estudos. Sobre voto retrospectivo no governo FHC, ver Camargos (2001).
- 4 Rennó (2007) discute mais aprofundadamente os efeitos da corrupção nas eleições de 2006.
- 5 Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- 6 Agradecemos à Timothy Power por nos indicar esse ponto.
- 7 Sobre endogeneidade, ver King, Keohane e Verba (1994). O conceito indica uma relação ambivalente, de causalidade de “mão dupla” entre a variável a ser explicada, chamada de dependente, e as variáveis que a explicam, chamadas de independentes.
- 8 Carreirão e Kinzo (2004) discutem essas críticas. Carreirão e Barbetta (2004), por exemplo, concluíram que tal variável só seria significativa na determinação do voto nas eleições de 2002 para altos níveis de escolaridade. Ver, também, o artigo de Almeida (2008) sobre o tema.
- 9 Vale lembrar, ainda, que a grande função do voto retrospectivo é a ratificação, ou não, pelo eleitor das ações do governo, ou seja, é parte integrante do processo de *accountability*. Przeworski *et al.* (2006) discutem essa questão.
- 10 No apêndice, apresentamos todas as questões do Eseb 2006 utilizadas na análise.
- 11 Para um debate acerca da relevância de tal categoria em eleições anteriores, ver Carreirão (2002a).
- 12 Rennó (2007) aborda essas questões mais especificamente. Ele conclui que a corrupção teria afetado somente a escolha entre os candidatos da esquerda, ou seja, Lula, Heloísa Helena e Cristóvam Buarque.
- 13 Não se incluiu religião, uma vez que sua importância nas eleições de 2002 (como mostram os dados de Carreirão e Barbetta, 2004, por exemplo) tenha sido circunstancial, devido à candidatura de Anthony Garotinho.
- 14 Samuels (2004a) concluiu que elas não eram estatisticamente significantes quando se analisa identificação ou não com o PT.
- 15 Sobre esse modelo de estimação, ver Alvarez e Nagler (1998).
- 16 Os coeficientes probite são de difícil interpretação substantiva. Contudo, sua magnitude, direção da relação, se positiva ou negativa, e sua significância estatística já nos dizem muito sobre a relação entre as variáveis explicativas selecionadas e a variável dependente analisada.
- 17 A variável “renda” é problemática pelo seu alto índice de não respostas. Praticamente metade da amostra não respondeu à essa questão. O uso das variáveis dicotômicas, ou *dummies*, é uma solução ineficiente. Tais variáveis diferem os eleitores que deram alguma resposta e são enquadrados na população representada por cada variável dicotômica de todos os demais entrevistados, inclusive os que não responderam à questão. Insere-se, dessa forma, imprecisão na medida de renda. Por esse motivo, rodamos as mesmas regressões acima com um outro indicador de classe social, baseado não na declaração de renda, mas na posse de bens domésticos, como televisão, geladeira etc. Essa variável foi recodificada e apresenta sete categorias, que vão de classe A1 à classe E e não tem valores ausentes. Os resultados com essa outra operacionalização da variável que mede classe social confirmam os encontrados acima. Classe não tem efeito linear sobre o lulismo, quando entrada em um modelo com as sete categorias. Rodamos a equação também com classe separada em variáveis *dummy*, com duas categorias incluídas na análise: classe E e D combinadas, e classe C, para melhor replicar os testes das Tabelas 1 e 2. Classes A e B, combinadas, formam a categoria excluída. Os resultados são confirmados novamente. Ver Tabela 3 no apêndice, que apresenta esta última análise.
- 18 Na Tabela 2, a diferença entre lulistas novos e petistas não se mostra estatisticamente significativa a .10, mas por pouco. Assim, podemos entender essa relação como a fronteira do que é estatisticamente significativo.
- 19 A versão final deste artigo foi entregue em setembro de 2010, quando a candidata do PT à presidência, Dilma Rousseff, já havia sido confirmada por convenção partidária e liderava as pesquisas de intenção de voto.

BIBLIOGRAFIA

- ABENSUR, Themis; CRIBARI-NETO, Francisco & MENEZES, Tatiana. (2007), “Impactos do programa Bolsa Família nos resultados das eleições presidenciais no Brasil em 2006”. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia*, 51, Recife.
- ABRAMOWITZ, Alan I. & SAUNDERS, Kyle L. (1998), “Ideological realignment in the U.S. electorate”. *The Journal of Politics*, 60 (3): 634-652.

- ALVAREZ, R. Micheal & NAGLER, Jonathan. (1998), "When politics and models collide: estimating models of multiparty elections". *American Journal of Political Science*, 42 (1): 55-96.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. (2008), *A cabeça do eleitor*. 3 ed. Rio de Janeiro, Record.
- BAKER, A.; AMES, B. & RENNÓ, L. R. (2006), "Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 Elections". *American Journal of Political Science*, 50.
- BAQUERO, Marcelo. (2007), "Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)". *Opinião Pública*, 13 (2): 231-259.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Phillip; MILLER, Warren & STOKES, Donald. (1960), *The American voter*. Nova York, Wiley.
- CAMARGOS, Malco Braga. (2001), "Economia e voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998". *Teoria & Sociedade*, 8: 116-145.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. (2002a), *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro, Editora da UFSC/ Editora da FGV.
- _____. (2002b), "Identificação ideológica e voto para presidente". *Opinião Pública*, 8 (8): 54-79.
- _____. (2007a), "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, 13 (2): 307-339.
- _____. (2007b), "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the Eseb". *Brazilian Political Science Review*, 1 (1): 70-101.
- CARREIRÃO, Yan de Souza & BARBETTA, Pedro Alberto. (2007), "A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (56): 75-93.
- CARREIRÃO, Yan de Souza & KINZO, Maria d'Alva. (2004), "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, 47 (1): 131-168.
- CARVALHO, Fernando & CARDIM, J. (2006), "Da morte política à consagração". *Novos Estudos*, 76, nov.
- DENNIS, Jack. (1988), "Political independence in America, Part I: On being and independent party supporter". *British Journal of Political Science*, 18 (1): 77-109.
- FERREIRA, Mariana; MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes & MENDES, Áquilas. (2007), "Discutindo o papel do programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006". Texto para Discussão, PUC-SP.
- FIORINA, Morris. (1981), *Retrospective voting in American national elections*. New Haven, Yale University Press.
- HOLZHACKER, Denilde & BALBACHEVSKY, Elizabeth. (2007), "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, 13(2): 283-306.
- HUNTER, W. e POWER, T. J. (2007), "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº 1, pp. 1-30.
- KEITH, Bruce et al. (1992), *The myth of the independent voter*. Berkeley, University of California Press.
- KING, Gary; KEOHANE, Jonathan & VERBA, Sidney. (1994), *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- LAZARSFELD, P.; BERELSON, B. & GAUDET, H. (1968), *The people's choice*. Nova York, Columbia University Press.
- LEWIS-BECK, Michael & NADEAU, Richard. (2001), "National economic voting in U.S. presidential elections", in R. Niemi e H. Weisberg, *Controversies in voting behaviour*. Washington, DC, CQ Press.
- LÍCIO, Elaine; RENNÓ, Lucio & CASTRO, Henrique. (2009), "Bolsa Família e voto nas eleições presidenciais de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública*, 15 (1): 31-54.
- NIEMI, Richard & WEISBERG, Hebert. (2001), *Controversies in voting behaviour*. Washington, DC, CQ Press.
- NICOLAU, J. & PEIXOTO, V. (2007), "Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006".

- Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.
- PAPPI, Franz U. (1996). "Political behavior: reasoning voters and multi-party systems", in Robert Goodin e Hans-Dieter Klingemann (eds.), *A new handbook of political science*, Oxford, Oxford University Press, pp.255-275.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S C. (2006), "Eleições e Representação." *LUA NOVA*. N.67, pp. 105-138 .
- PUTZ, David W. (2002), "Partisan conversion in the 1990s: ideological realignment meets measurement theory". *The Journal of Politics*, 64 (4): 1199-1209.
- REIS, Fábio W. & MACHADO, Mônica M. (1992), "Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro". *Lua Nova*, 26: 81-131.
- RENNÓ, Lúcio. (2006), "Notes on the Brazilian 2006 presidential elections: the winding road to democratic consolidation". *Colombia Internacional*, 64: 154-165.
- _____. (2007), "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, 13 (2): 260-282.
- RENNÓ, Lúcio & HOEPERS, Bruno. (2010), "Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006". *Novos Estudos Cebrap*, 86: 140-161.
- SAMUELS, David. (1997), "Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil". *Dados*, 40 (3): 493-535.
- _____. (2004a), "As bases do petismo". *Opinião Pública*, 10 (2): 221-241.
- _____. (2004b), "From socialism to social democracy: party organization and transformation of the workers' party in Brazil". *Comparative Political Studies*, 37 (9): 999-1024.
- SINGER, André. (1999), *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- _____. (2000), "Collor na periferia: a volta por cima do populismo?", in Bolívar Lamounier (ed.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, São Paulo, Sumaré.
- _____. (2009), "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos Cebrap*, 95: 83-103.
- STOKES, Susan. (2001), *Public support for market reforms in new democracies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- STROM, Kaare. (1994), "Party leadership in theory and in Norway: an entrepreneurial perspective", in Kay Lawson (ed.), *How political parties work: perspectives from within*, Westport, CT, Praeger.
- VALENTINO, Nicholas A. & SEARS, David O. (2005), "Old times there are not forgotten: race and partisan realignment in the contemporary south". *American Journal of Political Science*, 49 (3): 672-688.
- ZUCCO, Celso. (2008), The president's "new constituency": Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". *Journal of Latin American Studies*, 40: 29-49.

Apêndice

Questões do Eseb 2006 utilizadas na análise e teste das hipóteses

Para renda familiar usamos o item abaixo, RF. Para classe social, usamos a bateria de perguntas sobre que eletrodomésticos há na casa e outras posses. Não a copiamos aqui por ser muito extensa, mas é o item CB1 já recodificado e pontuado pelos organizadores do Eseb.

RF	Você poderia me dizer qual é aproximadamente a renda mensal do seu domicílio, isto é, a soma da renda mensal de todos os membros do seu domicílio? <i>(se não responder espontaneamente apresente o cartão de renda)</i>
(#)	Anote o valor: (#) __ __ . __ __ __, 00
1	Até R\$ 260,00
2	De R\$ 260,01 até R\$ 520,00
3	De R\$ 520,01 até R\$ 780,00
4	De R\$ 780,01 até R\$ 1.300,00
5	De R\$ 1.300,01 até R\$ 2.600,00
6	De R\$ 2.600,01 até R\$ 5.200,00
7	De R\$ 5.200,01 até R\$ 7.800,00
8	Mas de R\$ 7.800,00
10	Não sei/Não respondeu

Para a mensuração de percepções sobre corrupção utilizamos o item abaixo e codificamos todas as respostas relacionadas à corrupção como 1 e o resto como 0.

Eseb2: Qual é o principal problema político do Brasil hoje?

Para mensurar avaliação retrospectiva geral do governo Lula usamos:

Eseb6: Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo Lula nos últimos 4 anos foi... *(estimulada e única)* 1 – *Muito bom*; 2 – *Bom*; 3 – *Ruim*; 4 – *Péssimo*; 77-NS; 99 – NR.

Para identificação partidária, usamos a questão abaixo, codificando todos que responderam PT:

Eseb12: Qual partido o(a) Sr(a) gosta? *(espontânea e múltipla)*

Para simpatia por Lula, usamos:

Eseb16: *(mostrar cartão Eseb15)* Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar. Quero lembrar que, zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do político que vou mencionar e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. De novo, se o(a) Sr(a) não conhecer o político que eu disser, diga apenas que não o conhece *(estimulada e única para cada item da bateria)* *(ler candidatos – rodiziar)*

Não Gosta												Gosta muito				Não Conhece	NS	NR
a)	Lula	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11				77	99

Para identificação ideológica de esquerda, usamos o item abaixo.

Eseb19: (*mostrar cartão Eseb18*) Novamente pensando em esquerda e direita na política. Como o(a) Sr(a) se considera? Zero significa que o(a) Sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) Sr(a) é de direita (*estimulada e única*).

											Não sabe o que é ser de esquerda e direita				NS	NR
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	66				77	99

Para mensurar grau de atenção à campanha:

Eseb21: Como o(a) sr(a) acompanhou a campanha eleitoral? (*ler opções*)

De forma intensa		Mais ou menos intensa		Não muito próximo		Nada próximo		NR	NS
1		2		3		4		99	77

Voto declarado em 2006:

Eseb25: (*mostrar cartão Eseb25*) Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno, em Lula, Alckmin, Heloisa Helena, Cristovam Buarque ou Luciano Bivar? (*estimulada e única*) (*Instrução: alterar a ordem de leitura dos nomes dos candidatos a cada questionário aplicado*).

1	Lula	7	Justificou o voto
2	Geraldo Alckmin	8	Voto nulo
3	Heloísa Helena	9	Voto em branco
4	Cristóvam Buarque	55	Não lembra
5	Luciano Bivar	77	NS
66	Outro: _____	88	NA
		99	NR

Para rejeição a partidos políticos:

Eseb43: (*mostrar cartão Eseb*) Em quais desses partidos políticos o(a) Sr(a) não votaria de jeito nenhum? (*estimulada e múltipla*) (*perguntar para cada partido*)

Não votaria			Votaria		Não conhece o partido		NS	NR	NA
a)	PT	0	1	55	77	99	88		
c)	PSDB	0	1	55	77	99	88		

Para voto em 2002 e usada para cálculo de lulistas novos e antigos:

Eseb45: Em quem o(a) Sr(a) votou *no primeiro turno* da eleição presidencial de 2002, em Lula, José Serra, Antony Garotinho, Ciro Gomes, Zé Maria ou Rui Costa? (*estimulada e única*) (*mostrar cartão*)

1	Lula	8	Voto nulo
2	José Serra	9	Voto em branco
3	Antony Garotinho	10	Não votou
4	Ciro Gomes	12	Não votava ainda
5	Zé Maria	55	Não lembra
6	Rui Costa	7	Justificou o voto
66	Outro candidato: _____	77	NS
		99	NR

Para o índice de informação política, somamos as respostas corretas no dadas no item abaixo:

Eseb58: Agora para finalizar, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se as seguintes frases estão certas ou erradas.

	certo	errado	ns	nr
1) Geraldo Alckmin pertence ao PTB	1	2	77	99
2) O presidente da república tem um mandato de 4 anos	1	2	77	99
3) Os deputados da Câmara Federal são eleitos pelo voto majoritário	1	2	77	99
4) O presidente Lula foi eleito pelo PT	1	2	77	99

A Tabela 3 se baseia na classe social para aferir renda da família.

Tabela 3
Coefficientes de Regressão Probite Multinomial com Erros-padrão Robustos para lulistas Antigos

Variáveis	lulista novo	petista	Outros
Classe D e E	0,08 (0,28)	0,24 (0,33)	-0,19 (0,25)
Classe C	-0,12 (0,26)	0,25 (0,30)	-0,19 (0,23)
Avaliação – retrospectiva geral	-0,28* (0,17)	0,03 (0,18)	-0,45*** (0,16)
Esquerda	0,04 (0,31)	0,99*** (0,28)	-0,25 (0,30)
Simpatia Lula	-0,01 (0,04)	0,24*** (0,05)	-0,15*** (0,03)

Rejeição PSDB	-0,38** (0,17)	0,38** (0,17)	-0,77*** (0,17)
Rejeição PT	0,15 (0,23)	-1,32*** (0,41)	1,17*** (0,19)
Corrupção é problema nacional	-0,35** (0,16)	-0,14 (0,17)	-0,15 (0,15)
Informação política	-0,18* (0,10)	0,03 (0,09)	-0,07 (0,08)
Acompanhou a campanha	-0,03 (0,08)	0,18** (0,09)	-0,06 (0,08)
Escolaridade	-0,00 (0,05)	0,02 (0,05)	0,02 (0,05)
Idade	-0,02*** (0,01)	-0,00 (0,01)	-0,01*** (0,01)
Gênero	-0,06 (0,16)	-0,17 (0,16)	0,22 (0,15)
Nordeste	0,09 (0,31)	-0,24 (0,30)	-0,69*** (0,26)
Norte/Centro Oeste	-0,19 (0,40)	0,07 (0,35)	-0,58* (0,31)
Sudeste	0,38 (0,29)	0,15 (0,27)	-0,37* (0,22)
Constante	1,85** (0,75)	-2,81*** (0,86)	3,48*** (0,66)

Erros-Padrão robustos entre parênteses. *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1. N: 923.

AS BASES DO LULISMO: A VOLTA DO PERSONALISMO, REALINHAMENTO IDEOLÓGICO OU NÃO ALINHAMENTO?

Lúcio Rennó e Andrea Cabello

Palavras-chave: Lulismo; Petismo; Voto retrospectivo; Determinantes do voto.

O artigo busca caracterizar o eleitor de Lula em 2006. O objetivo é analisar os fatores que diferenciam o voto em Lula do voto no PT, de modo a esclarecer quem são os eleitores que compõem a maioria que Lula construiu ao longo de seu governo e que não demonstra preferência por seu partido. Conclui-se que o lulista se assemelha ao eleitor não-alinhado que não demonstra preferências políticas ou ideológicas fortes e que vota, até certo ponto, baseado na sua avaliação retrospectiva do desempenho do governo.

THE BASIS OF LULISMO: THE RETURN OF PERSONALISM, IDEOLOGICAL REALIGNMENT OR NON-ALIGNMENT?

Lúcio Rennó and André Cabello

Keywords: Lulismo; Petismo; Retrospective vote; Vote determinants.

This paper explores the determinants of the vote for Lula in 2006. The purpose is to differentiate vote for Lula from vote for the Worker's Party (PT), focusing on the voters that have supported Lula without declaring any identification with PT. We conclude that the "lulista" is similar to the independent voter who does not show strong political or ideological preferences and votes somewhat influenced by retrospective evaluations of the government's performance.

LES FONDEMENTS DU "LULISME": LE RETOUR DU PERSONNALISME, RÉALIGNEMENT IDÉOLOGIQUE OU NON-ALIGNEMENT?

Lucio Rennó et Andrea Cabello

Mots-clés: "Lulisme", "Pétisme", Vote rétrospectif; Déterminants du vote.

Cet article tente de caractériser l'électeur de Lula en 2006. L'objectif est d'analyser les facteurs qui différencient le vote pour Lula du vote pour le Parti des Travailleurs (le PT), de façon à clarifier qui sont les électeurs qui composent la majorité que Lula a construit tout au long de son gouvernement et qui ne démontre pas de préférence pour son parti. Nous concluons que l'électeur "luliste" ressemble à l'électeur non aligné qui ne démontre pas de préférences politiques ou idéologiques marquées et qui vote, dans une certaine mesure, basé sur son évaluation rétrospective de la performance du gouvernement.